

Desafios Atuais e Futuros na Gestão dos RPPS

O Papel das Procuradorias Estaduais e Municipais na Prevenção de Litígios Previdenciários

COPAJURE/CONAPREV

Abril / 2017



Desafios Atuais e Futuros na Gestão dos RPPS

- ✓ **Desafio dos RPPS**

- ✓ **Desafio dos Gestores dos RPPS**



Desafio do RPPS

- ✓ Gestão Única dos RPPS
 - * Executivo
 - * Legislativo
 - * Judiciário
- ✓ Déficit Previdenciário
- ✓ Fonte de novas receitas
- ✓ Equilíbrio Financeiro e Atuarial



Desafio do RPPS

✓ Gestão Única dos RPPS

Unidade Gestora Única – englobando todos os segurados e poderes (art. 40, § 20 da CF)

Patrimônio - segregado do ente federativo ([contabilidade própria](#), no contexto da Contabilidade Nacional, evoluindo para o PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público)

Conselhos de Administração e Fiscal

Recursos Previdenciários – Em financeiros aplicados e investidos conforme determinação do Conselho Monetário Nacional, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo (Resolução CMN nº 3.922/2010)

Comitê de Investimentos e Política de Investimentos





Desafios Atuais e Futuros na Gestão dos RPPS

Desafio do RPPS

- ✓ Déficit Previdenciário

RESULTADO ATUARIAL DOS RPPS EM 2012

DÉFICIT ATUARIAL

R\$ 3,7 Trilhões

União, Estados, Distrito federal e Municípios



Desafio do RPPS

- ✓ Fonte de novas receitas
 - DPVAT
 - Loterias
 - Aumento de Contribuição
 - Outras



Desafio do RPPS

✓ Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Pressuposto Básico – recursos (ativos) suficientes garantidores dos benefícios oferecidos aos segurados do RPPS (passivos) – EFA (Equilíbrio Financeiro e Atuarial)

Lei nº 9.717/98 – os recursos previdenciários somente poderão ser utilizados para pagamentos de benefícios e despesas administrativas.

LRF/LC nº 101/2000 – “Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”.

Atenção: a LRF impõe limites de gastos com pessoal





Desafios Atuais e Futuros na Gestão dos RPPS

Desafio dos Gestores dos RPPS

- ✓ Limites Prudenciais
- ✓ Resistência dos outros Poderes



TEMAS:

- ✓ Unidade Gestora Única do RPPS
- ✓ Aposentadoria – Reflexos inevitáveis para professores
- ✓ Aposentadoria – Implementação de requisito anterior a EC 20/98
- ✓ Aposentadoria - Correção de cálculo - EC 70/12
- ✓ Aposentadoria - Servidor portador de deficiência
- ✓ Amparo em RPPS de servidores não titulares de Cargos Efetivos
- ✓ Pensão por Morte - Inconstitucionalidade menor sob guarda – Rol dependentes RGPS
- ✓ Aposentadoria Especial dos Policiais Civis



UNIDADE GESTORA ÚNICA DO RPPS

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
ADI 3297	MIN. TEORI ZAVASCKI	Inconstitucionalidade da aplicação da Unidade Gestora Única (RPPS) e o teto do RGPS- Art. 40, §§ 14 e 20 CF aos magistrados.	DF – Distrito Federal
ADI 3308	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da Unificação do regime previdenciário dos magistrados e fim da Aposentadoria Integral - EC 20 e EC 41 (com 3 apensos - ADI n. 3363, ADI n. 4802 e ADI n. 4803).	
ADI 3310	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da Inclusão do Ministério Público na Unidade Gestora Única – PBPREV - Lei nº 7.517/2003-PB.	PB - Paraíba
ADI 3593	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da Inclusão dos magistrados na Unidade Gestora Única – PBPREV - Lei nº 7.517/2003-PB.	
ADPF 263	MIN. GILMAR MENDES	Constitucionalidade de dispositivos da Lei 7.517 – PB, para suspensão o andamento de processos sobre a inconstitucionalidade dos mesmos dispositivos acerca da Unidade Gestora Única - PB	
SS 2791	MINISTRA PRESIDENTE	Unidade Gestora Única - PB . Relativo Mandado de Segurança que determinou ao PB PREV o repasse ao TJPB de valores destinados ao pagamento de benefícios do Poder Judiciário	



APOSENTADORIA

Reflexos inevitáveis aos professores

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
MS 31299	MIN. ROBERTO BARROSO	Contagem de tempo anterior à EC 20 com acréscimo de 17% para quaisquer regras de aposentadoria (Magistrados, membros de MPU, com reflexos inevitáveis aos professores)	SC - Santa Catarina



APOSENTADORIA

Implementação de requisito anterior a EC 20/98

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
RE 662423	MIN. DIAS TOFFOLI	Aposentadoria de membro do MP. Implementação dos requisitos antes da EC 20/98. Exigência de efetivo exercício de 5 anos no cargo em que ocorrerá a aposentadoria. Análise da estruturação de carreira escalonada em classes. Matéria passível de repercutir na esfera de interesse de milhares de servidores públicos. Tema com repercussão geral.	SC – Santa Catarina





APOSENTADORIA

Correção de cálculo - EC 70/12

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
ARE 791475	MIN. DIAS TOFFOLI	Eficácia temporal do art. 6º-A da EC 41/2003, incluído pela EC nº 70/2012. Retroatividade do pagamento das diferenças à data da EC 41/2013	RJ – Rio de Janeiro



APOSENTADORIA

Servidor portador de deficiência

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
<u>ADO 32</u>	MIN. ROSA WEBER	Proposta uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 32) ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de garantir o direito ao regime especial de aposentadoria a servidor público portador de deficiência.	DF – Distrito Federal



AMPARO NO RPPS DE NÃO TITULARES NO CARGO EFETIVO

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
ADI 2968	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da vinculação dos servidores celetistas a estatuto por meio de lei (Efetivação) - Art. 243 da Lei nº 8.112/90 - Estatuto da União.	DF – Distrito Federal





PENSÃO POR MORTE

Inconstitucionalidade menor sob guarda

Rol dependentes RGPS

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
ADI 4878	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes do RGPS. Art. 16 § 2º da Lei 8.213/91 alterado pela Lei 9528/97.	DF – Distrito Federal
ADI 5083	MIN. DIAS TOFFOLI	Inconstitucionalidade da exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes do RGPS. Art. 16 § 2º da Lei 8.213/91 alterado pela Lei 9528/97.	





Aposentadoria Especial dos Policiais Civis

<u>Número Processo</u>	RELATOR	ASSUNTO	ESTADO ORIGEM
RE 810606	MIN. ROBERTO BARROSO	Policial civil. Aposentadoria especial. LC nº 51/85. Valor dos proventos. E.C. Nº 41/2003. Regime das médias.	RS – Rio Grande do Sul





O Papel das Procuradorias Estaduais e Municipais na prevenção de litígios Previdenciários

- ✓ Gestão das ações judiciais
- ✓ Teses unificadas
- ✓ Diálogo com os tribunais
- ✓ Representação dos municípios por meio de suas associações
- ✓ Apresentação de impactos financeiros/ atuarial nas ações judiciais em trâmite
- ✓ Resguardar o interesse da administração pública em matéria de impacto financeiro no tesouro estadual nas matérias previdenciárias
- ✓ Aplicação das normas previdenciárias





Obrigado!

José Roberto de Moraes

Diretor Presidente da SPPREV